

O ENSINO SECUNDÁRIO EM PORTUGAL (1895-1936)

MARIA CÂNDIDA PROENÇA (1)

A história do ensino, na segunda metade do século passado, revela-nos as dificuldades experimentadas na sociedade portuguesa até se estabelecerem as bases de um sistema educativo liberal e moderno. Com efeito, as transformações educativas foram tardias e de difícil consumação, caminhando em estreita relação de dependência com o atraso da sociedade em geral, não só porque a evolução política, económica e social apresentou ritmos de desenvolvimento muito fracos, como é característico dos países periféricos, como também porque a mudança educativa se insere no universo mais vasto das transformações culturais e mentais de difícil e lenta concretização.

O sector do ensino secundário que, apesar dos esforços empreendidos em 1836 e na década de 60, nunca chegara a possuir uma organização comparável com o funcionamento regular e racional que caracterizava os sistemas educativos dos países mais desenvolvidos, entrou definitivamente em crise a partir da década de 70, enveredando por uma progressiva decadência que culminou com as desastrosas reformas dos finais dos anos 80. Nesta conjuntura o ensino debatia-se com grandes dificuldades que abrangiam um variado leque de carências: instalações deficientes, ou mesmo impróprias; falta ou inexistência de material didáctico; insuficiente formação científica e pedagógica do corpo docente; desorganização curricular; ausência de critérios psico-pedagógicos no estabelecimento dos horários escolares; politização exagerada das questões educativas; subordinação das normas escolares ao clientelismo eleitoral... em suma, um conjunto alargado de problemas que dependiam em grande parte da embaraçosa situação financeira do País.

Ora, a crise dos anos 90, ao mesmo tempo que acentuou o sentimento de decadência nacional, viria a provocar o refluxo oposto, detectável nas tentativas de ressurgimento nacional apoiadas pelo avanço significativo de atitudes e propostas nacionalistas. Esta nova conjuntura não deixou de reflectir-se no ensino. Enquanto o crescimento do espírito nacionalista se manifestava na introdução ou maior peso da história de Portugal nos currículos, a crise e consequente instabilidade governativa que se sucederam ao "Ultimatum" (2) provocaram um contínuo agravar da situação educativa, no sentido de uma crescente desorganização e da facilidade de todo o custo, já que conforme se sucediam os governos, ocorriam também mudanças no ensino que visavam apenas a diminuição das despesas, ou o aliciamento de apoio eleitoral.

A efémera existência do *Ministério de Instrução Pública e Belas Artes*, entre 5/4/1890 e 3/3/1892, não logrou in-

verter a tendência para a degradação, de tal modo que, após a sua extinção, se viveu um dos mais desorganizados períodos da história da educação no nosso País, coincidente com os governos de Dias Ferreira. No ensino secundário em especial, a crise instalara-se definitivamente, acompanhada de corrupção generalizada. Os liceus, transformados em fábricas de diplomas, praticamente apenas funcionavam na época de exames, pois o escandaloso aumento do ensino particular deixava as escolas públicas quase desertas durante o ano e tornava o sistema de exames objecto apetível de negociatas pouco escrupulosas.

1- A REFORMA DE 1894-1895: TRADIÇÃO E MODERNIDADE

A reforma de 1894-1895, vulgarmente denominada "Reforma de Jaime Moniz", foi a primeira tentativa séria de alterar o rumo da educação secundária em Portugal, conferindo-lhe um cunho de modernidade atestado pela sobrevivência dos princípios fundamentais do modelo até à década de setenta do século XX.

Sob o ponto de vista da filosofia da educação era um documento de nítida inspiração alemã, e como tal reconhecido por defensores e detractores. Essa influência ficou a dever-se ao grande desenvolvimento que a educação alcançara nesse país, não sendo raros os que acentuavam a sua função preponderante na unificação política da nação alemã (3). Jaime Moniz, intelectual de reconhecida simpatia pela cultura alemã, ao projectar uma reforma de ensino, viria a pôr em prática os princípios defendidos pelos pedagogos germânicos, princípios de que, aliás, tinha observado a aplicação prática nas suas viagens de estudo ao "país das escolas" (4). Face à grandeza do empreendimento o pedagogo reformador recorreu à colaboração de dois grandes vultos da cultura da época que, como ele, demonstravam na sua obra acentuada influência germânica: Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos.

A proposta de reestruturação do ensino secundário de 1894 e o posterior regulamento de 1895 são, com justiça, considerados os mais importantes documentos relativos a este nível de ensino durante o século XIX, e marcam uma profunda ruptura com a organização que até então vigorara neste nível de ensino (5). Pela primeira vez, o ensino era encarado como um todo orgânico e procurava-se a efectiva coordenação entre todas as disciplinas de cada ano. Para a concretização desta nova concepção introduzia-se o "regime de classes", pedra angular desta reforma, e um dos seus pontos mais contestados na época por alu-

(1) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

(2) Entre Janeiro de 1890 e Fevereiro de 1893, sucederam-se os governos não chegando a atingir, qualquer deles, um ano de duração. Cf. Santos, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional. Organização e relações do poder governamental com a Câmara dos Deputados (1834-1910)*, Lisboa, Assembléia da República, 1986, pp. 112-122.

(3) Jaime Moniz, pedagogo de reconhecidos méritos, contava-se entre os que consideravam que o papel da educação fora determinante na formação da nação e do império alemães. «Da instrução houve o estado prussiano os elementos que primeiro o refizeram nação principal e depois estorçaram para a triunfante e ruidosa fundação do império» (Discurso proferido na sessão de 10 de Agosto de 1887, in *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, p. 914).

(4) Jaime Moniz visitou por três vezes a Alemanha com o fim de tomar conhecimento dos progressos pedagógicos verificados nesse país.

(5) Rubén Landa referindo-se à reforma de 1894-1895 afirma «No es posible dejar de reconocer el mérito de la reforma cuando se piensa que hace veintitantos años introdujo en Portugal mejoras que aún no ha logrado realizar algún país de Europa: por ejemplo, el plan cíclico, la supresión de los abusos a que daba lugar el comercio de los libros de texto, las excursiones escolares, la limitación del número de alumnos en cada aula, la enseñanza efectiva del francés y, sobre todo, la renovación de los métodos de enseñanza.» (*La enseñanza secundaria en Portugal*, Coimbra, 1928, p. 40).

nos, encarregados de educação e professores. Outro aspecto inovador da reforma centrava-se nas orientações metodológicas (6) que apontavam para a adopção do método indutivo e para a opção por um ensino de carácter eminentemente formativo, em que as disciplinas eram encaradas na sua dupla vertente informativa, pelos conhecimentos que transmitiam, e formativa, pelas capacidades e aptidões desenvolvidas com a sua aprendizagem. Também no campo da distribuição dos tempos lectivos se prescrevia uma organização científica dos horários escolares que, não só demonstrava os conhecimentos psicopedagógicos dos autores do documento, como se inseria numa visão do tempo e da sua vivência organizada de acordo com a modernidade almejada pela sociedade portuguesa dos finais de oitocentos.

Apesar do seu valor científico a reforma de Jaime Moniz apresentava aspectos profundamente negativos, como a opção por um curso único no 3.º ciclo dos liceus, e a obrigatoriedade da utilização de “livros únicos” em todas as disciplinas, situação que reforçava o carácter nacionalista e autoritário da reforma, eivada do preconceito racionalista de que bastava legislar correctamente, através de diplomas dotados de coerência interna para transformar o ensino, o que implicava a aceitação do princípio de que os processos de mudança se poderiam efectuar de cima para baixo.

Os resultados da execução da reforma demonstraram que ela veio inverter a situação que se vivia no ensino secundário. Não só se verificou um assinalável crescimento da frequência deste nível de ensino, que entre 1895 e 1905 alcançou um crescimento percentual de 55,6%, como se alterou por completo a sua estrutura, passando o número de alunos do ensino público a ultrapassar largamente o do ensino privado.

Se a reforma apontava para a modernidade pelas inovações introduzidas no ensino, encerrava também elementos tradicionalistas na sua concepção. Aliás, a educação tem, por inerência, uma função tradicionalista na transmissão de uma herança cultural que, na reforma de 1894-1895, era marcada por múltiplos aspectos, desde o reforço das disciplinas de língua e história pátrias, ao relevo concedido à cultura clássica e à exaltação de valores nacionalistas.

2- A 1.ª REPÚBLICA: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NO ENSINO SECUNDÁRIO

Apesar da acérrima crítica movida pelos republicanos à organização escolar instituída por Jaime Moniz em 1894-1895, uma vez no poder, a República pouco iria inovar em termos de ensino secundário. A despeito dos antigos partidários das disciplinas independentes, os planos de ensino continuaram a basear-se no regime de classes, publicandose até alguma legislação no sentido de o favorecer (7).

A primeira reforma do ensino secundário, elaborada por um governo republicano, data de 14 de Julho de 1918, e foi publicada em ditadura, durante o consulado de Sidónio Pais, pelo seu ministro Alfredo de Magalhães. O preâmbulo realçava que os governos da República não tinham ainda procedido a uma reforma do ensino liceal que se tornava urgente actualizar. O plano não apresentava grandes inovações. Não alterava o regime de classes estabelecido em 1895, e representava até um regresso à divisão por ciclos proposta por Jaime Moniz.

Os acontecimentos políticos condenaram, de imediato, a

aplicação desta reforma, e, em 1919, promulgava-se mais uma reforma do ensino secundário que, como seria de esperar, não era motivada por quaisquer objectivos pedagógicos ou científico-culturais, mas resultava da conjuntura política, limitando-se, por isso, a repor, com leves arranjos curriculares, a situação anterior. Esta reforma e a que se lhe seguiu, em 1921, não alteraram o tipo de ensino enciclopédico que caracterizou o ensino liceal, desde a sua criação até aos anos trinta do nosso século, quando Gustavo Cordeiro Ramos e Carneiro Pacheco mudaram significativamente o rumo da instrução portuguesa ao acentuarem o papel ideológico da educação sobrepondo à transmissão de conhecimentos a inculcação de valores.

Apesar da pouca atenção prestada pelos governos republicanos ao ensino secundário, verificou-se nesta área um crescimento mais acentuado do que o que ocorreu no ensino primário. Assim, se em 1910 se podiam contar 8691 alunos matriculados, em 1926, esse número subiria para 15096 o que aponta para um crescimento percentual de 73,6%.

3- AUTORITARISMO E REFORMAS DE ENSINO. O PAPEL DE GUSTAVO CORDEIRO RAMOS E CARNEIRO PACHECO

Para o regime saído do golpe militar de 28 de Maio de 1926 a tarefa mais urgente em matéria educativa consistia na destruição do que apelidavam de “escola republicana” e nela se empenharam durante os primeiros anos da ditadura militar. Só após a institucionalização do *Estado Novo* se iniciam as grandes reformas de ensino tendentes a dotar os portugueses de uma nova mentalidade. A legislação educativa passou a apresentar um cunho vincadamente ideológico, a partir dos anos trinta, com a passagem pelo Ministério da Instrução de Gustavo Cordeiro Ramos, o primeiro a concretizar na educação os ideais pedagógicos de Salazar, mas seria com Carneiro Pacheco que se alicerçaria definitivamente a obra da *Educação Nacional* através da imposição da escola autoritária e nacionalista.

A reforma orgânica do ensino liceal de 1936, revelava de imediato os objectivos ideológicos e políticos do *Estado Novo* ao afirmar que este ensino visava “a formação da mentalidade corporativa em que há-de desenvolver-se a actividade dos portugueses” (8), devendo orientar-se numa perspectiva que permitisse integrá-lo “na missão educativa da Família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral intelectual e física dos Portugueses, nos termos da Constituição” (9). As finalidades morais e patrióticas passavam, então, a suplantarem os objectivos do domínio dos conhecimentos, pelo que se procedeu a uma simplificação do currículo que se traduziu no aligeiramento das rubricas programáticas, no abandono da tradicional bifurcação em Letras e Ciências, criando um único ano terminal para o curso dos liceus, na restauração do antigo regime de disciplinas e na abolição das provas orais nos exames. As preocupações pedagógicas de Carneiro Pacheco centravam-se mais na criação de uma escola nacionalista, inculcadora dos valores tradicionais que o regime pretendia impor através da sua “política de espírito” para transformar a mentalidade dos portugueses, do que na promoção do desenvolvimento intelectual e físico dos alunos.

A educação autoritária e nacionalista do *Estado Novo* só se concretizou através de um profundo controlo ideológico de professores e alunos que se manifestou na adopção de

(6) Os documentos da reforma indicavam uma metodologia geral, com a adopção do método indutivo em todas as disciplinas, e metodologias específicas que aprofundavam os aspectos particulares de cada disciplina.

(7) A Portaria de 9 de Dezembro de 1913, enviava aos liceus determinações para que os professores directores de turma da mesma classe reunissem, com frequência, para imprimir unidade ao ensino, e para que os professores do mesmo grupo de disciplinas promovessem reuniões para discutirem os métodos de ensino. Documentos que também procuravam organizar de forma mais eficiente o ensino em classe foram ainda o Decreto n.º 858, de 11 de Setembro de 1914, seguido de uma portaria normativa de 21 do mesmo mês.

(8) Decreto Lei n.º 27084, de 14 de Outubro de 1936.

(9) Idem, ibidem.

livros únicos para todas as disciplinas, no incremento das inspecções escolares e na exigência de responsabilidade política dos professores não só nas escolas como no meio social da sua residência.

O crescimento da população escolar e a abertura da frequência dos liceus a novos grupos sociais viriam a consti-

tuir sérios obstáculos à concretização da política educativa de Carneiro Pacheco. Na década de trinta o ensino liceal apresentou um crescimento percentual de 89,2%, tendência que se prolongou e acentuou nas décadas seguintes e contribuiu decisivamente para a transformação das práticas educativas características da Educação Nacional.